



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA

VALDECI AUGUSTO DE OLIVEIRA

ELIANA DA SILVA RODRIGUES

MÔNICA LANZA PADRÃO

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO Esta pesquisa motivada pelo reconhecimento da importância da política pública educacional e tem como objetivo demonstrar como se desenvolve o trabalho de formação continuada dos professores da disciplina de História, no sistema municipal de educação do município de Santa Maria da Vitória, Bahia, e a relação desta formação com a questão de identidade territorial. Apontará reflexões sobre a política pública educacional no tocante à formação continuada dos professores e sua relação com o Território da Bacia do Rio Corrente. A partir da investigação constatou-se a ausência da formação continuada e de sua relação com a questão da identidade territorial. Na conclusão temos a proposta de formação continuada para os professores de história, que faça a relação com a questão de identidade. **Palavras-chave:** Educação pública. Formação continuada de professores. Território de Identidade. **RESUMEN** Esta investigación motivada por el reconocimiento de la importancia de la política de la educación pública y tiene como objetivo demostrar cómo desarrollar la labor continua educación de los maestros de la disciplina de la historia, el sistema de educación municipal en el municipio de Santa Maria da Vitoria, Bahía, y su relación entrenamiento con el tema de la identidad territorial. Nombrar a reflexiones sobre la política pública educativa en cuanto a la formación continua de los profesores y su relación con el territorio de la cuenca del río Corriente. A partir de la investigación, se constató la falta de educación continua y su enrejado con el tema de la identidad territorial. En conclusión, tenemos una propuesta para la formación continua de los profesores de historia, lo que

hace que la relación con la cuestión de la identidad. **Palabras clave:** la educación pública. la educación de los maestros de continuar. Territorio identidad.

Introdução Esta pesquisa procura estudar e analisar como se dá a formação continuada dos professores de História na rede municipal de Santa Maria da Vitória – Bahia, e sua relação com a política de identidade territorial. Santa Maria da Vitória é um município do Oeste baiano, distante novecentos quilômetros de Salvador, capital da Bahia. Possui um sistema municipal de educação, que oferece a disciplina de história para os alunos do fundamental II. A eleição do tema da pesquisa vem do fato da possibilidade ser inédita, o que vamos comprovar ou não depois do trabalho de revisão da literatura. A pesquisa tem, nos professores da disciplina de história, a base da pesquisa de campo. O corte temporal será de 2007 (ano da aprovação dos Territórios de Identidade na Bahia) até o ano de 2015. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar como se desenvolve o trabalho de formação continuada dos professores da disciplina de História, no sistema municipal de educação do município de Santa Maria da Vitória, Bahia, e a relação desta formação com a questão territorial. Já em termos de objetivos específicos, a ideia é identificar o perfil dos professores de História no município de Santa Maria da Vitória; caracterizar o território da Bacia do Rio Corrente e o município de Santa Maria da Vitória; analisar pesquisas sobre formação continuada de professores e a disciplina de História; Desvendar como os professores do sistema municipal de educação de Santa Maria da Vitória trabalham o currículo de história no ensino fundamental II; Identificar a existência ou não da relação do currículo trabalhado com o conceito de identidade territorial. **Antecedentes e formulação do problema** Santa Maria da Vitória, município situado na região oeste do Estado da Bahia, possui um sistema municipal de ensino[1], que organiza e disciplina a política educacional ofertada pelo mesmo, qual seja: a educação infantil e o ensino fundamental. Como se desenvolve o trabalho de formação continuada dos professores da disciplina de História, no sistema municipal de educação de Santa Maria da Vitória – Bahia?

Existe, ou não, uma relação com o conceito de identidade territorial?

Este é o problema objeto da presente pesquisa. No ensino fundamental II é onde os alunos têm acesso à disciplina de história, através de um professor específico para desenvolver o currículo. Cada aluno recebe, no início do ano letivo, um livro didático de história, através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD[1], que é um dos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Em relação ao livro didático, na disciplina de história, a maioria das escolas do sistema municipal de ensino de Santa Maria da Vitória adotou, no ano de dois mil e quinze, a coleção “Para viver juntos”, para o sexto, sétimo, oitavo e nono anos do ensino fundamental II. Este livro didático acaba determinando o currículo da disciplina, durante o ano letivo respectivo. O professor e a escola têm autonomia para organizar tal currículo, porém, a

maioria das escolas não o faz. Um dos motivos é a ausência da formação continuada, questão que a presente pesquisa irá estudar. Outro motivo que dificulta a organização do tempo e o repensar do currículo é que a disciplina de história no ensino fundamental II, para todas as séries, só é disponibilizada duas aulas por semana, ou seja, noventa minutos. E em média, as salas têm vinte e seis alunos. A formação continuada para os professores da rede pública municipal de Santa Maria da Vitória está disciplinada em várias Leis, a saber: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB[2]; Plano Nacional de Educação – PNE[3]; Plano Estadual de Educação – PEE[4]; Lei Orgânica[5] do Município de Santa Maria da Vitória; e também pela Lei[6] que instituiu o Plano de Carreira do Magistério. A formação continuada de professores, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (LDB 9.394/1996) – no seu artigo 67, inciso II, reza que os sistemas devem garantir o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Para Freire, a formação continuada de professores é uma tarefa permanente de pensar-repensar a prática pedagógica: “(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.

[1] O Programa tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas.

[2] Lei 9394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

[3] Lei 13.005, de 25/06/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

[4] Lei 10.330, de 15/09/2006, que aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE e dá outras providências

[5] Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, atualizada pela emenda de revisão 01/2001, promulgada em 27/11/2003.

[6] Lei 790/2009, que institui o plano de carreira e remuneração dos profissionais da educação pública do município de Santa Maria da Vitória – Bahia e dá outras providências. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1977, p. 43-44). Não é uma tarefa fácil, mas Freire entende como importante para a prática educativa na escola, e reforça,

O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. Ou seja, “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação

tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. (FREIRE, 1997, p. 44).

E essa formação continuada, tendo como princípio a prática do cotidiano, parece ser amplamente debatida e defendida entre os pesquisadores da área. Vamos, também, procurar conferir esta tendência em vários estudos já realizados no Brasil. A ideia de organizar a política territorial é a de facilitar o desenvolvimento local, buscando, também, fortalecer o sentimento de "pertencimento" dos moradores do território, através de vários aspectos comuns, como o cultural, os laços familiares, o mesmo clima, entre outros. E a política educacional, que atinge diretamente mais de vinte por cento da população territorial, tem um importante papel no debate da política[1] desenvolvida no território. E, pensando também na questão da cidadania, a ideia é recomendar, ao final desta pesquisa científica, a organização de um plano de formação continuada para os professores de história do ensino fundamental II do município de Santa Maria da Vitória e, a depender de algumas variáveis, poderá a proposta ser estendida aos professores da mesma disciplina dos municípios pertencentes ao Território da Bacia do Rio Corrente.

•

A formação continuada de professores é estabelecida por Leis dos sistemas federal, estaduais e municipais de educação. Desenvolve-se respeitando as peculiaridades regionais, das instituições, dos sistemas. E no estado da Bahia, a A escola pública, que é também nosso objeto de pesquisa passa por uma intensa transformação, devido ao mesmo fenômeno por qual passa a sociedade na qual ela, a escola, esta inserida. E se o profissional da educação não souber exatamente seu papel neste contexto, a qualidade da escola é ameaçada. Em relação ao professor, no contexto acima mencionado, Freire afirma, Na condição de professores, havendo a formação continuada, que trabalha, por exemplo, um currículo unificado no tocante à história do Território e perspectivas de desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural para o mesmo, a educação pública municipal e seus profissionais estarão realizando, e bem, seus objetivos sociais. Para tanto, precisa entender o que citamos acima, qual seja, seu papel de intelectual.

◦

- analisar pesquisas sobre formação continuada de professores e a disciplina de História; -

Identificar a existência ou não da relação do currículo trabalhado com o conceito de identidade territorial. **Caracterização do Território de Identidade da Bacia do Rio Corrente** A questão territorial no Brasil sempre foi muito debatida, desde o século XVI, por ocasião das capitâneas hereditárias[1]. A própria "redescoberta" do território onde se situa país tem vários pontos de vista. Um deles, de Chauí, diz

A América não estava à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são "descobertas" ou, como se dizia no século XVI, "achamentos". São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não visitada estava aqui. Mas Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus. (CHAUI, 2006, p. 57).

Assim, o território americano, nele incluído o território brasileiro, foi uma construção cultural. E, ao longo desses cinco séculos, a nação brasileira foi definindo e redefinindo seu território geográfico.

Atualmente as Universidades e os governos têm produzido muita teoria sobre o assunto. Desenvolvem várias perspectivas sobre o debate territorial e realmente proporcionam um excelente referencial teórico sobre a questão. E mais à frente em seu texto, Silva chama a atenção que as questões territoriais vêm recebendo nos meios acadêmicos e sociais, e faz uma síntese assim,

Como decorrência, o território hoje deve ser entendido como uma síntese de quatro características:

a) O território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;

b) em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas. (SILVA, 2006, p.161).

E é sobre as características de territórios de identidade que Silva comenta, que esta pesquisa também estuda, para facilitar a relação com o tema da formação continuada para os professores de história.

c) os territórios assim identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização; d) assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global. (SILVA, 2006, p. 162).

Ainda para refletir sobre o conceito de territórios, Perico afirma que,

O território, por ser uma construção histórica que incorpora diversas dimensões (ambiental, econômica, social, institucional e política) expressa identidade e caráter; além de abranger valores, significados, visões compartilhadas, códigos, ícones, tradições e o folclore (aspectos constituintes da Cultura).

Sem dúvida, há outros elementos-chave associados ao desenvolvimento e que também diferenciam os territórios. São as estruturas econômicas, as redes sociais e as instituições que refletem, delineiam ou descrevem com maior nitidez o caráter do território. Diferentes concepções visualizam sistemas produtivos característicos (de determinado território) diferenciados de outros, mesmo com iguais condições quanto ao aporte de recursos, acesso aos mercados e nível tecnológico. (PERICO, 2015, p. 33-34).

Vimos neste enfoque que, em sua totalidade, a cultura envolve a complexidade que compõe o espaço. Por isso constitui-se numa dimensão que prepondera na determinação do tipo de desenvolvimento, no sentido mais amplo, de cada território. Territórios de identidades é uma nova forma de organização adotada pelo Estado da Bahia, a partir do ano de 2007. Para a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), o território pode ser definido como um espaço físico,

Geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais

relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (BAHIA/SEPLAN, 2015, s. p.).

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia reforça a ideia e compreende por Território de Identidade como “a superação de um traçado no mapa pela assunção política do reconhecimento da força do local (...)” (BAHIA, 2009, p. 108). O que colabora para a implementação das políticas públicas, uma vez que possibilita à sociedade civil participar da elaboração do Plano Plurianual Participativo. Para a SEPLAN, os territórios de identidade foram criados “com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 26 territórios de Identidade”. Em houve uma nova divisão e criou-se mais um território. A cultura também é um traço marcante na concepção de pertencimento dos habitantes do território. A religiosidade, a folia de Reis, a confecção de carrancas, entre outras formas de culturas, identifica a região. Em relação às carrancas, por exemplo, o mestre Guarany[1], nascido em Santa Maria da Vitória, é mundialmente conhecido por sua arte de confeccionar carrancas. A questão dos territórios de pertencimentos são históricos, e formados por questões culturais, econômicas, sociais e ambientais, que unem um povo, num determinado espaço e momento histórico que vai se solidificando com o passar do tempo

Para colaborar na organização dos Territórios, e também na efetivação das políticas públicas, existe na Bahia o CEDETER - Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. Esse conselho trabalha para reforçar a importância da abordagem territorial como um elemento inovador da administração pública, em particular, para a articulação e integração de políticas setoriais. O Estado da Bahia, sabiamente, dividiu seu espaço geográfico em vinte e sete territórios de pertencimento, visando, principalmente, o desenvolvimento dos mesmos, em todos os sentidos. **O município de Santa Maria da Vitória** Santa Maria da Vitória fica a 896 Km de Salvador, capital do Estado. Tem uma população de 41.809 (quarenta mil, oitocentos e nove) habitantes, (BRASIL/IBGE, 2015). Sua extensão territorial é de 1.984 Km², e está situada na mesorregião geográfica do extremo oeste baiano, na microrregião geográfica de Santa Maria da Vitória, na região econômica 15 Oeste, na 26ª região administrativa, (BAHIA/SEI, 2015). Santa Maria da Vitória é considerado município “polo”, porque concentra vários órgãos da administração pública

(federal e estadual) de caráter regional, como a Receita Federal, depósito da Companhia Nacional de Alimentação - CONAB, Secretária da Fazenda, Hospital Regional, Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, Diretoria Regional da Saúde - DORES, Núcleo Regional de Educação - NRE, entre outros. Logo, a população dos outros dez municípios converge para Santa Maria da Vitória para acessar os serviços que esses órgãos públicos oferecem. A política pública educacional obteve um crescimento de seu índice em termos absolutos no município de Santa Maria da Vitória, no período citado acima devido, principalmente, à questão do financiamento da educação, onde, a nível nacional foi aprovada a Lei 9424/96[1], que garantiu um valor aluno ano para todos os sistemas públicos de ensino, com base na matrícula do ano anterior, que gerou uma garantia para os Estados e municípios organizarem seus planejamentos educacionais.

Santa Maria da Vitória é este município centenário, banhado pelo Rio Corrente, que faz parte do Cerrado brasileiro, e que será objeto do presente estudo. Sua resumida caracterização neste capítulo pode tornar-se um convite para o leitor "mais curioso" vir conhecê-lo. **As Leis que disciplinam a formação continuada** A literatura sobre política pública educacional brasileira, até pela sua importância social, tem uma vasta produção teórica. Mesmo que nesse capítulo nos interessa o estudo sobre as leis que normatizam a formação continuada dos professores, entendemos como interessante discutir sobre a educação pública e a opinião de alguns autores, até para servir como base teórica de um tema tão relevante. Gadotti (2001), pois para ele "existem muitos produtos culturais que são adquiridos fora da escola. A escola não é o único local de apropriação da cultura. Ela é apropriada através da experiência direta da vida". Em seu livro sobre a história da pedagogia, Cambi traz à tona vários pressupostos que podemos absorver em nossa pesquisa. Quando, por exemplo, discute em relação ao pensamento educacional, afirmando que "nem a posição radical nem a conservadora podem ter a última palavra, já que nem uma nem outra oferece uma solução para os problemas do nosso tempo" (CAMBI, 2006, p.643). Cambi procurou demonstrar que o objetivo da educação, numa visão histórica, permanece sendo o sonho de desenvolver personalidades, assim conclui "nossa tradição cultural e intelectual e pedagógica, no seu aspecto mais genuíno e mais alto, continuará a viver e a agir como o paradigma de desenvolvimento da humanidade, ainda que adaptando-se a condições profundamente novas" (CAMBI, 2006, p. 643). No Brasil, a política pública educacional, de forma ampla, é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e pelo Plano Nacional de Educação. No caso da formação inicial e continuada dos professores, existe o Decreto que disciplina a política nacional de formação de profissionais do magistério da Educação Básica. O processo de elaboração da LDB foi longo, com uma ampla participação da sociedade civil, dialogando com as mais variadas visões sobre educação e sociedade. E na questão ideológica, o conflito era constante, porque para se definir o tipo de educação que se quer, é preciso saber qual sociedade se pretende. Como teoriza Zaoual (2003), "Tudo indica que o saber fazer de uma população está intimamente ligado a

seu saber ser, um modo de considerar a identidade comum, como motor simbólico da eficácia de uma organização social. Crer para crescer!”. Na LDB, é no “Título VI”, que trata “Dos profissionais da Educação”, que se encontra, concretamente, o tratamento de como deve se dar a formação continuada de professores. As leis educacionais, tanto no nível federal, quanto estadual e municipal, tratam a questão da formação continuada do professor de uma maneira bem geral. Essa é uma constatação. Onde então a formação continuada é melhor detalhada, para efeito de cumprir as generalizações expostas nas leis?

Vamos prosseguir nossa pesquisa para procurar a resposta. Agora, sendo mais específico, no sentido da formação continuada para o professor da disciplina de história. **A formação continuada para os professores de História** De uma forma geral, a formação continuada de professores de história, assim como de outras disciplinas, carece de uma prioridade para sua formulação e sistematização nos sistemas de educação dos entes brasileiros.

A formação de professores continua sendo um dos principais problemas da educação. Entretanto, existem problemas estruturais da sociedade e da educação que condicionam esta formação e concretamente a formação continuada da que tratamos neste texto. Estamos propondo a FCPS para ultrapassar concepções e práticas de formação continuada que não são continuadas, pouco formam, pouco valorizam e até algumas vezes desvalorizam os professores. (PRADA, 2010, p. 368).

A este respeito, uma pesquisa que trata do tema, assim como propõe ações para, faz as seguintes ponderações,

Também estamos propondo a *pesquisa coletiva* como um modo de formar pesquisando e pesquisar formando. Porém com fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisa diferenciados, que valoram os conhecimentos dos professores, objetivam a construção do coletivo para que este, compreendendo seu espaço, como um todo institucional, construa a realidade atendendo a seus interesses e necessidades. (PRADA, 2010, p. 368).

Independente das propostas concretas que o estudo faz ao final, o que nos interessa aqui é o diagnóstico profundo que a pesquisa traz sobre o processo de contextualização histórica da formação continuada de professores no Brasil. Também o estudo escreve sobre o conceito de professor reflexivo, que consiga unir teoria e prática. E esse tema será recorrente em praticamente toda literatura que traremos neste capítulo. E ainda o estudo

reforça, “Diante dos diversos pensamentos sobre a formação continuada de professores e as diversas práticas ao respeito, fica esclarecido que não há modelo único” (PRADA, 2010, p. 377). Ainda tratando da concepção de professor reflexivo, até devido à necessidade de um balanço conceitual para situar a problemática educacional brasileira num contexto internacional, Pimenta defende a seguinte visão para a formação, “Esse empreendimento reflexivo me parece indispensável para nossa formação (contínua), enquanto professores e pesquisadores que têm o compromisso de engendrar a criação de novas respostas às demandas cotidianas” (PIMENTA, 2000, p. 25) A formação continuada para os professores de história na política educacional brasileira e sua relação com a questão territorial, entendida como território de pertencimento, não necessariamente em uma perspectiva somente geográfica, realmente não tem despertado, ainda, o interesse dos pesquisadores. Essa é a conclusão depois de uma ampla pesquisa em literaturas disponíveis. Encontra-se muita sobre formação continuada de professores de uma forma geral, mas, especificamente sobre formação continuada de professores de história e território de identidade não. O presente estudo parece que será o primeiro a investigar o tema. Motivo pelo qual não citei nenhuma literatura que trata objetivamente da relação citada acima. Porque, na verdade, não foi encontrado nenhum estudo. **Análise da Pesquisa** Analisando a questão: qual tipo de formação continuada você entende como adequada para sua realidade na comunidade escolar?

Temos as seguintes respostas: - entendo que seria importante cursos com coordenadores da disciplina de história, para trabalhar os conteúdos fazendo a ligação com a realidade, pois hoje não temos ajuda para trabalhar os conteúdos que os alunos necessitam; - uma formação que o princípio fosse entender a realidade do aluno e, depois, preparar a aula; - cursos de formação continuada que focasse o contexto histórico da região, até devido a ausência de registros históricos, onde fosse ensinado como elaborar material sobre o assunto; - que aprofundasse sobre a realidade do município de Santa Maria da Vitória e da região; - uma formação continuada que fosse trabalhada a partir de um diagnóstico para entender o ponto de partida, a necessidade dos alunos e da comunidade. Porque hoje o currículo trabalhado não motiva o aluno e a gente fica sem um espaço para tirar as dúvidas; - uma formação que tivesse foco nos alunos e na localidade, pois os livros didáticos não interagem com a nossa realidade. Também que trouxesse

sugestões para as aulas ficarem mais dinâmicas; - precisamos de mais orientação de como trabalhar, principalmente mais conhecimento sobre o território. A formação deve focar o aluno e a sua realidade, o que vai lhe ajudar; - o que eu preciso na verdade é fazer a graduação em história, pois gosto da disciplina, mas tenho dificuldades em vários assuntos e também falta tempo para pesquisar tudo; - uma formação que ajudasse a entender a questão da afro-descendência e como trabalhar a valorização da cultura, porque temos uma comunidade quilombola não trabalhamos nada diferente; - a nossa formação continuada deveria ter um encontro por bimestre, onde reunisse todos os professores de história, para oportunizar discussões sobre território e outros assuntos. Cursos com pessoas com conhecimento em história para dar orientações de como trabalhar em sala de aula; - formações mais objetivas, com pessoas preparadas na área para ajudar no aprofundamento da disciplina. Formação que a gente tivesse tempo para trocar experiências; - uma formação continuada mais específica para trabalhar na sala de aula, para motivar o aluno; - se fosse para organizar uma formação, teria que ser uma que ajude a trabalhar mais a realidade dos alunos; - necessito justamente de uma formação que trabalhe a história do nosso território, do Estado, pois tenho muita dificuldade neste assunto. Deveria ter procurado, mas é muita coisa para estudar; - como geralmente os conteúdos já vêm prontos, acho que a formação continuada deve priorizar como trabalhar a realidade do aluno; - acho que a formação deve, para a minha realidade, priorizar a educação no campo; - trabalhar a pesquisa, aprimorar o conhecimento em relação ao uso dos livros didáticos. Uma formação continuada que exista o debate entre os colegas sobre a realidade; - Uma formação continuada que procure conhecer mais a nossa região, que nos forneça mais informações sobre nosso território, não esquecendo as outras regiões da Bahia e do Brasil; - Precisamos da formação continuada, mas no meu caso particular acho que o principal seria fazer o curso de formação em história, para entender melhor como trabalhar a disciplina. - uma formação que disponibilizasse vários materiais explicando como trabalhar com os vários tipos de alunos, devido suas características que trazem de casa (pais separados, muitos irmãos, poucos irmãos, nenhum irmão), pois tenho dificuldade de saber como lidar com essas situações. Sei que existem, mas nunca tive orientação sobre a melhor forma de trabalhar; - preciso de uma formação continuada que mostre qual o papel da escola,

do professor, da prefeitura e dos pais. Pois é muita cobrança para os professores e não vejo quase nada por parte dos pais e da prefeitura. A direção da escola até que ajuda, mas também não tem muito a oferecer; - a formação continuada que entendo como adequada para a minha realidade na zona rural é que me ajude a ajudar os alunos conhecerem sobre as possibilidades futuras, porque o passado não é difícil trabalhar. Essa pergunta, com as respostas que sistematizamos aqui, ajudará em muito a elaboração de propostas de formação continuada.

5.1 Conclusões O objetivo geral do estudo foi entender como se desenvolve o trabalho de formação continuada dos professores da disciplina de História, no sistema municipal de ensino de Santa Maria da Vitória e a existência, ou não, de uma relação com o conceito de identidade territorial. Este foi o problema objeto da presente pesquisa, e que agora apresentaremos o que foi pesquisado. No decorrer do estudo percebeu-se claramente uma vasta literatura sobre formação continuada de professores, oriundas, principalmente, das Universidades públicas, principalmente as federais. Já especificamente sobre a formação continuada de professores de história do ensino fundamental não existe muita pesquisa. E fazendo a ligação, concretamente, sobre o conceito de identidade territorial, não foi encontrada nenhuma pesquisa, o que torna o presente estudo inédito para o campo das políticas públicas de formação continuada na área da disciplina de história. O perfil do grupo de professores da disciplina de história é revelador de muitas particularidades, que pode ajudar na organização de um plano de reorganização da própria rede municipal de ensino, como também serve de diagnóstico para a confecção de um plano de formação continuada. Para não ficar na dependência só do livro didático, o professor precisa ter um autonomia intelectual, que é proporcionada por sua formação inicial e, principalmente, por sua formação continuada, com a reflexão da ação, que muda postura, possibilitando uma intervenção diferente, que pode produzir um novo pensar, o que torna o professor reflexivo. E concluímos também que o professor precisa de um espaço onde possa trocar informações com pessoas que vivenciam os mesmos problemas que os seus, ou seja, outro professor da disciplina. A simples existência de um espaço de diálogo já funcionaria como uma espécie de terapia pedagógica, onde a educação pública sairia ganhando.

5.2 Recomendações A presente pesquisa revela que se faz necessário um projeto de formação continuada para os

professores da disciplina de história que atuam no fundamental II.

REFERÊNCIAS BAHIA. Secretaria de Planejamento. <http://>

[www.](http://)

seplan.ba.gov.br

[/territorios-de-identidade/mapa](http://seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa).

Acesso em: 2 mar. 2015. CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. 6. ed. São Paulo: Fundação

Perseu Abramo, 2006. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática

educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**.

23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro

com a pedagogia do oprimido. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia**

da práxis. São Paulo: Cortez : Instituto Paulo Freire, 2001. PIMENTA, Selma Garrido (Org.).

Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 3. ed. São

Paulo: Cortez, 2000. **PNE, observatório**. 2016.

Disponível em:

<http://>

[www.](http://)

observatoriodopne.org.br

[/metas-pne/15-formacao-professores](http://observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores).

Acesso em: 2 abr. 2016. PRADA, Luis Eduardo Alvarado; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara

Aline. A Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e

propostas. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, p. 367-387, maio/ago. 2010. SILVA, Marco

Antônio. **Formação continuada de professores de história no programa nacional do livro**

didático. (Belo Horizonte). 2014. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade**

cultural. São Paulo: Cortez, 2003.

[1] A Lei 643, de 19/12/2003, cria o Sistema municipal de ensino de Santa Maria da Vitória e dá

outras providências. [2] O Programa tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino

fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e

dicionários. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e

distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os

livros reutilizáveis para outras etapas. [3] Lei 9394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional [4] Lei 13.005, de 25/06/2014, que aprova o Plano Nacional de

Educação – PNE e dá outras providências. [5] Lei 10.330, de 15/09/2006, que aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE e dá outras providências [6] Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, atualizada pela emenda de revisão 01/2001, promulgada em 27/11/2003. [7] Lei 790/2009, que institui o plano de carreira e remuneração dos profissionais da educação pública do município de Santa Maria da Vitória – Bahia e dá outras providências. [8] Política no sentido explicitado no dicionário Aurélio: “ciência que organiza a sociedade” [9] As capitânicas hereditárias foram uma forma de administração territorial da Coroa portuguesa, que estava com recursos limitados, e resolveu delegar a tarefa de colonização e exploração de determinadas espaços. Dividiu o Brasil em quinze territórios e repassou a 12 donatários, que eram pessoas da pequena nobreza portuguesa. [10] Francisco Biquiba dy Lafuente Guarany nasceu em 1884. Participa da construção de barcas, dando início à escultura de carrancas para embarcações em 1901. A partir de 1963 atribui nome às carrancas, passando a assiná-las como F. Guarany. É reconhecido como o mais importante artista nessa especialidade. Mestre Guarany morreu em 1985 [11] Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, &7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providê

* OLIVEIRA, Valdeci Augusto de. Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Americana. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela UCSAL. Especialista em Psicopedagogia pela Unyahna; metodologia do ensino fundamental e médio pela UNEB; e especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela UNICAMP. Pedagogo e Historiador. Professor efetivo da Educação Básica na rede municipal de São Félix do Coribe – Bahia. E-mail: valdeciterritorio@hotmail.com

. ** RODRIGUES, Eliana da Silva. cimoremio@gmail.com

. Mestranda em Biblioteconomia pela UNIRIO. Especialista em Organização do Conhecimento para Recuperação da Informação pela UNIRIO. Bibliotecária. *** PADRÃO, Mônica Lanza. Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Americana – Assunção, Paraguai. Especialista em Direito Educacional. E-mail: monicalanza@gmail.com

Recebido em: 15/06/2016

Aprovado em: 20/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: